



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

**LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 750/2010  
(RETIFICAÇÃO)**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**, nomeado por Decreto de 16 de maio, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o art.22º, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007; **RESOLVE**:

Retificar a presente Licença de Instalação à:

**Empresa:** VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

**CNPJ:** 42.150.664/0001-87

**Cadastro Técnico Federal:** 758680

**Endereço:** SAN, Qd. 03, Lote A – 1º Andar, Ed. Núcleo dos Transportes Sala P11

**CEP:** 70.040-000 **Cidade:** Brasília **UF:** DF

**TELEFONE:** (061) 7004-0000 **FAX:** (61) 315-8374

**REGISTRO NO IBAMA:** Processo nº 02001.002052/2008-00

Relativa às obras de infraestrutura e de superestrutura ferroviárias para implantação dos Lotes 1F a 7F da Ferrovia de Integração Oeste Leste (EF-334). Esta licença refere-se ao trecho entre o final da 1ª Ponte sobre o Rio das Fêmeas (km 507+125) e a APP da primeira travessia com o Rio Almada (km 1521+690), excluído o Pátio Terminal Ferroviário em Ilhéus/BA.

Esta Licença de Instalação é válida pelo período de 05 (cinco) anos, a partir desta data, observadas as condições discriminada no verso deste documento e nos demais anexos constantes no processo que, embora não transcritos, são parte integrantes deste licenciamento.

A validade desta licença está condicionada ao fiel cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento.

Brasília, DF

**12 AGO 2013**

**Data de assinatura:**

**30/11/2010**

**Volney Zanardi Junior**  
Presidente do IBAMA

## CONDICIONANTES DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 750/2010

### 1 – Condições Gerais:

1.1. Esta Licença deverá ser publicada em conformidade com a Resolução nº 006/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA;

1.2. Qualquer alteração do Projeto de Engenharia deverá ser precedida de anuência do IBAMA;

1.3. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença;
- graves riscos ambientais e de saúde;

1.4. No caso de ocorrência de qualquer acidente que venha a causar dano ambiental, a continuação da atividade estará condicionada à anuência expressa do IBAMA;

1.5. O empreendedor deverá portar, junto ao local de implantação do empreendimento, cópia desta Licença Ambiental, do Plano Básico Ambiental – PBA e do Projeto de Engenharia aprovados pelo IBAMA;

1.6. A renovação desta licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do seu prazo de validade.

### 2 – Condições Específicas:

2.1. Comunicar ao IBAMA/SEDE e à Superintendência do IBAMA no Estado da Bahia, imediatamente, o início e o final das obras.

2.2. Não estão autorizadas quaisquer obras ou intervenções entre os km 956+000 e o 966+500 (pranchas 1001 a 1007 do projeto apresentado), no entorno do reservatório de Ceraima, até que sejam apresentados os projetos técnicos das soluções de engenharia pretendidas (tais como as genericamente apresentadas, caixas de contenção, proteção de taludes, contra-trilhos e detectores de descarrilamento), bem como da descrição executiva das medidas operacionais a serem implementadas.

2.3. Cumprir as obrigações relativas à Compensação Ambiental, previstas no art. 36 da Lei 9985/2000, a partir da deliberação do Comitê de Compensação Ambiental. O Grau de Impacto do empreendimento, para o valor de referência do empreendimento, fica fixado em 0,5%.

2.4. As obras nos Lotes 5A, 5F, 6F e 7F só poderão iniciar após a comprovação da contratação de equipes responsáveis pela Supervisão Ambiental das Obras e execução do Plano Básico Ambiental – PBA. Junto a tal comprovação deverão ser enviadas as seguintes informações e documentações da totalidade da equipe técnica que executará os Programas Ambientais: nome; formação; função na equipe/programa; Cadastro Técnico Federal (CTF – atualizado e sem pendências); número de registro no Conselho de Classe; e cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs. No caso de pesquisadores cujas profissões não possuam Conselho de Classe, deverá ser apresentada “Declaração de Participação e Responsabilidade”.

2.5. Em relação ao Subprograma de Controle e Monitoramento de Emissões Atmosféricas, deverão ser apresentadas, previamente ao início das intervenções, o cronograma de periodicidade/frequência do monitoramento das emissões atmosféricas.

2.6. Instalar Passagens de Fauna nas seguintes Localidades:

- Lotes 5A e 5F - Km 827+740; Km 836+020; Km 862+500; Km 965+600; Km 943+660; Km 854+370; e Km 871+660;

- Lote 6F - Segmento entre o Km 792+200 e o 787+500; Segmento entre o Km 773+100 e o 779+000; Segmento entre o Km 763+500 e o 752+400; Segmento entre o Km 750+000 e o 736+800; Segmento entre o Km 706+600 e o 705+800; e Segmento entre o Km 671+000 e o 669+700;

- Lote 7F - Segmento entre o Km 644+200 e o 634+000; Segmento entre o Km 629+900 e o 626+400; Segmento entre o Km 625+000 e o 622+700; Segmento entre o Km 621+000 e o



597+100; Segmento entre o Km 580+500 e o 569+500; Segmento entre o Km 562+900 e o 560+200; Segmento entre o Km 555+400 e o 553+500-A; Segmento entre o Km 518+100 e o 507+125.

Destaca-se que novos dispositivos podem ser recomendados, caso as características do ambiente indiquem tal necessidade.

**2.7.** Caso seja encontrada alguma cavidade natural num raio de 250 metros da ADA do empreendimento, deverá tal fato ser comunicado ao IBAMA, com paralisação imediata das obras no local, ao tempo que deverão ser realizados estudos espeleológicos, de acordo com o Decreto nº 6640/2008 e a IN nº 02/09 do MMA.

**2.8.** No âmbito do Subprograma de Controle e Monitoramento de Ruídos e Vibrações, apresentar, no prazo de até 180 dias, projeto detalhado das estruturas que serão construídas, bem como das demais medidas mitigadoras a serem executadas, nos pontos em que a ferrovia se aproxima de aglomerados urbanos.

**2.9.** As áreas de apoio e demais intervenções não previstas em projeto, localizadas fora da faixa de domínio (canteiros de obra, intervenções em estradas vicinais, jazidas e áreas de deposição de material excedente – ADMEs) devem ser objeto de licenciamento ambiental específico junto aos órgãos estaduais ou municipais de meio ambiente, com encaminhamento de cópia das licenças expedidas ao IBAMA.

**2.10.** Fica expressamente proibida a instalação de área de deposição de material excedente- ADME em Áreas de Preservação Permanente, áreas úmidas e/ou ecologicamente sensíveis, assim como fragmentos florestais relevantes.

**2.11.** Apresentar, em até 120 (cento e vinte) dias, o Programa de Melhoria dos Acessos e Travessias Urbanas em caráter executivo e com o respectivo cronograma de ações.

**2.12.** Adotar procedimentos construtivos especiais para evitar formação de processos erosivos, bem como, carreamento de sedimentos e assoreamento dos rios, especialmente em regiões alagadiças e na travessia dos rios.

**2.13.** Nos Lotes 6F e 7F, deverá ser realizada a identificação, demarcação e o isolamento das dolinas localizadas na faixa de domínio, adotando medidas específicas - como a execução de barreiras físicas e bacias de acumulação de água - de modo a evitar a chegada de sedimentos e a ocorrência de processos erosivos.

**2.14.** O empreendedor deve reapresentar, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) da retificação desta Licença, a versão final dos programas espeleológicos, incluindo, necessariamente, as observações e recomendações constantes do Parecer Técnico nº 615/2013/NLA/IBAMA-TO (em especial as Recomendações nº 4.2, 4.5 e 5.4), bem como as discussões e esclarecimentos ocorridos na reunião de 04/06/13, entre IBAMA e VALEC.

**2.15.** No âmbito do Programa Compensatório para o Patrimônio Espeleológico, no prazo máximo de 06 (seis) meses, a VALEC deve definir a forma de efetivação da unidade de proteção espeleológica, se unidade de conservação de proteção integral ou reserva particular do patrimônio natural. Caso seja feita a opção de criação de unidade de conservação, a VALEC deve encaminhar a manifestação da instituição responsável pela gestão da área, concordando com o procedimento e assumindo as responsabilidades inerentes à proteção das cavidades.

**2.16.** A implantação da unidade de proteção espeleológica deverá estar concluída no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da retificação desta Licença.

**2.17.** Implementar e executar, em conformidade com as considerações constantes nos Pareceres 574/2013 (COTRA/DILIC), 25/2013 (NLA/TO), 4118/2013 (COTRA/DILIC), 615/2013 (NLA/TO), 5398/2013 (COTRA/DILIC) e 5959/2013 (COTRA/DILIC), o Plano Básico Ambiental - PBA revisado e aprovado pelo IBAMA, contendo os seguintes programas ambientais, os quais deverão ter a sua execução comprovada por meio do envio de relatórios semestrais:

- **Programa de Controle Ambiental de Obras**
- **Programa de Recuperação dos Passivos Ambientais**
- **Subprograma de Controle e Monitoramento de Processos Erosivos**
- **Subprograma de Controle e Monitoramento de Ruídos e Vibrações Ambientais**

- **Subprograma de Monitoramento e Controle da Qualidade da Água**
- **Subprograma de Proteção de Mananciais Contra Cargas Perigosas**
- **Subprograma de Controle e Monitoramento de Emissões Atmosféricas**
- **Subprograma de Controle e Monitoramento de Resíduos e Efluentes**
- **Programa de Proteção da Flora**
- **Subprograma de Recuperação de Áreas Degradadas**
- **Subprograma de Plantios Paisagísticos**
- **Subprograma de Prevenção Contra Queimadas**
- **Programa de Proteção da Fauna**
- **Subprograma de Salvamento da Fauna**
- **Subprograma de Passagem de Fauna**
- **Subprograma de Monitoramento de Fauna**
- **Programa de Educação Ambiental**
- **Programa de Comunicação Social**
- **Programa de Treinamento, Segurança e Saúde da Mão de Obra**
- **Programa de Desapropriação e Indenização**
- **Programa de Melhoria dos Acessos e Travessias Urbanas**
- **Programas para o Patrimônio Espeleológico**

